

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA E A
SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO
MUNICÍPIO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-251>

Data de submissão: 24/03/2025

Data de publicação: 24/04/2025

Joselina das Dores Silva

Graduada em licenciatura em Letras e Pedagogia
Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA
Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia
E-mail: josy123lua@gmail.com
ORCID: 0009-0004-1951-8245
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3204093268705430>

Edna Maria Jesus

Graduada em licenciatura em Pedagogia. Mestre e Doutora em Educação, pela PUC/GO
Pós-graduação em Educação Básica na modalidade de Educação Profissional integrada ao Ensino
Médio, pelo IFG/UFG
Coordenadora Pedagógica e Professora do curso de Pedagogia do IAESup
Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e do curso de Pedagogia da UNIALFA
Professora da Seduc/GO
E-mail: ednamariajesus20@gmail.com
ORCID: 0000-0003-3498-4290
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2527154939418859>

Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias

Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas e Pedagogia
Mestre e doutora em Educação pela UNICAMP
Psicopedagoga Clínica e Institucional. Pós-graduada em Educação Socioemocional
Professora na licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudeste -
Quirinópolis.
E-mail: jackiglesias@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3476-8109>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3100475653423566>

RESUMO

O presente estudo investiga as práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM na Rede Municipal de Ensino de Goiânia. Tem como objetivo compreender a importância desse atendimento para a Educação Inclusiva e sua colaboração para a melhoria dos resultados dos estudantes com Necessidades Educacionais Específicas – NEE, nas escolas e para o desenvolvimento regional, em Goiânia. Esse atendimento, em muitos casos, é o único que o estudante com NEE recebe para estimular o seu desenvolvimento cognitivo e, assim, faz-se necessário conhecer a Educação Especial, a Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado, compreender a organização das SRM das escolas de Goiânia e analisar a eficiência desse atendimento. Para tanto, realizou-se, uma pesquisa bibliográfica e de campo, por meio da abordagem qualitativa, a partir dos autores Alves-Mazzotti (2002), Lakatos e

Marconi (2003), Minayo (2003 e 2012), na qual se verificou que as práticas pedagógicas implementadas pelas SRM no município de Goiânia, estão em consonância com os marcos legais, complementando o ensino regular, contribuindo com o desenvolvimento dos estudantes ao longo da vida e, assim, colaborando com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Inclusão. Sala de Recursos Multifuncionais. Rede Municipal de Educação de Goiânia. Desenvolvimento Regional.

1 INTRODUÇÃO

Com os intensos debates sobre Inclusão ao longo dos últimos tempos, iniciados a partir da Constituição Federal de 1988 e da necessidade de superar práticas discriminatórias em relação às pessoas com deficiências ou transtornos, conforme estabelecido no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI: "a organização de escolas e classes especiais passou a ser repensada, implicando em uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas" (Brasil, 2008, p. 05).

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado - AEE, foi estruturado com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos estudantes e, obrigatoriamente, deve ser oferecido nos sistemas de ensino no contraturno da série regular, seja na própria escola ou em centros especializados. Isto é, trata-se de um complemento ao ensino regular, não de um substituto (Brasil, 2008), o que significa que esse atendimento é uma forma de garantir que as particularidades de cada aluno com deficiência sejam reconhecidas e atendidas.

Nesse sentido, foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, conforme o Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, Art. 3º, parágrafo 1º, são definidas como "ambientes equipados com materiais didáticos, pedagógicos, mobiliário e equipamentos destinados à oferta do Atendimento Educacional Especializado". O decreto também destaca que é responsabilidade do Ministério da Educação - MEC fornecer suporte técnico e financeiro para as ações relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, como a implementação dessas SRM (Brasil, 2008).

O interesse em pesquisar o AEE surgiu a partir da experiência como profissional de educação em uma escola que atende as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais no município de Goiânia. Ao observar as informações no Projeto Político Pedagógico – PPP da instituição e nos dados da secretaria dessa unidade escolar nos anos 2017 a 2023, percebeu-se que, sendo este um documento anual, pôde-se constatar um aumento do número de crianças com NEE e, outro aspecto significativo foi que, as turmas com maior índice de matrículas estão nas turmas entrantes na unidade, Educação Infantil e o 1º ano. Fato este que levou a equipe gestora a solicitar a abertura de uma SRM, e, a partir da implementação desse ambiente, estabeleceu-se um contato mais próximo com esses estudantes e seus familiares. Assim, surgiram questionamentos e anseios que impulsionaram o desejo de compreender esse atendimento oferecido na Sala de Recursos, ofertado dentro das unidades educacionais, local onde se trabalha o conhecimento a partir da concepção inclusiva, na qual todos os estudantes têm o “direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 2018), na qual os envolvidos se beneficiam das experiências positivas oportunizadas pela vivência com as diferenças para favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, este estudo tem como objetivo conhecer e analisar a importância do AEE, oferecido nas SRM, para o processo de ensino e aprendizagem de crianças com NEE e como esse atendimento contribui para o desenvolvimento da educação no município de Goiânia.

O atendimento oferecido nas SRM das escolas municipais de Goiânia, frequentemente representa para muitas famílias, a única assistência disponível para estimular o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com NEE. Compreender e valorizar essa contribuição essencial para a educação e o desenvolvimento regional de Goiânia é a base deste trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa parte da premissa da compreensão de como e se, a ausência ou deficiência do AEE nas SRM pode impactar nos resultados dos estudantes com NEE no contexto educacional e no desenvolvimento regional em Goiânia.

Para a realização da pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa, a partir da visão dos autores Alves-Mazzotti (2002), Lakatos e Marconi (2003), Minayo (2003 e 2012). Houve a busca pelos marcos históricos legais do Atendimento Educacional Especializado e um levantamento documental junto à Secretaria Municipal de Educação de Goiânia no intuito de entender os critérios para abertura das SRM, a organização do trabalho das escolas, as práticas pedagógicas, entre outras informações relevantes para a compreensão do objeto de estudo em questão.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como documental, descritivo e de campo. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada em três fases. Na primeira, realizou-se um levantamento documental da legislação que trata do tema. Na segunda, buscou-se conhecer a organização do AEE, oferecido nas SRM, a partir de informações disponíveis no site e nos documentos da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Por fim, realizamos uma pesquisa de campo em duas SRM para conhecer a realidade dos atendimentos.

Para a coleta de dados, utilizou-se de entrevista com as professoras da SRM, momento em que se obteve o diário da sala referente aos meses de agosto a dezembro, Planos de Atendimento Educacional Especializado – PAEE para estudantes matriculados no 2º semestre de 2024, relatórios de articulação com a escola e fotos dos atendimentos. Os dados foram analisados por meio de abordagens qualitativas, proporcionando uma compreensão abrangente das informações coletados.

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

De acordo com o Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, o AEE é classificado como “um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos na rede pública de ensino regular” (Brasil, 2008). O AEE deve também ser contemplado na proposta pedagógica das unidades de ensino, a qual juntamente com a parceria da família e em consonância com as políticas públicas garantirão o acesso e a participação de todos os estudantes com NEE a uma inclusão plena.

Para que esta modalidade de ensino seja de fato implementada, a União garantirá o apoio técnico e financeiro ao sistema público educacional conforme estabelecido no Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, em seu Art. 1º, a fim de aumentar a oferta do AEE conforme a demanda e necessidades existentes. No Art. 2º do mesmo Decreto, são apresentados como objetivos do AEE:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino (Brasil, 2008).

Esses objetivos demonstram o compromisso da União com a educação inclusiva, garantindo que os estudantes da educação especial tenham acesso ao ensino regular com o suporte necessário para se desenvolverem. Além disso, ao integrar a educação especial em todas as etapas do ensino, busca-se criar um ambiente escolar mais acessível e acolhedor. O desenvolvimento de recursos pedagógicos adaptados também é essencial para remover barreiras e facilitar a aprendizagem, permitindo que os alunos ingressem, permaneçam e avancem nos estudos.

De acordo com Madureira (2016), existem diversas modalidades para o AEE:

- a) **Sala de Estimulação Especial** - A prioridade é promover o relaxamento, o lazer e estimular os sentidos, permitindo que o estudante explore, faça escolhas e controle o ambiente. A sala possibilita a descoberta por meio de atividades individuais e coletivas.
- b) **Classe Comum** - É o espaço frequentado por todas as crianças, de um determinado ciclo, que estão matriculadas em escolas públicas, incluindo aquelas com ou sem NEE.
- c) **Classe Especial** - É uma sala de aula transitória na escola regular, voltada ao ensino de alunos com NEE. Professores capacitados utilizam métodos, recursos pedagógicos específicos e materiais adequados para atender às necessidades individuais.

- d) **Escola Especializada** - É uma instituição especializada em oferecer atendimento psicopedagógico a alunos com NEE. Nela, são aplicados currículos adaptados, programas e métodos diferenciados, com o uso de equipamentos e materiais didáticos específicos para promover o desenvolvimento global.
- e) **Oficina Pedagógica** - A sala é um espaço para o desenvolvimento real, expresso na resolução autônoma de problemas, e para o potencial, promovido com apoio de adultos e interação com colegas mais habilidosos.
- f) **Classe Hospitalar** - A classe hospitalar oferece educação escolar a alunos impossibilitados de frequentar a escola devido a tratamento de saúde, com internação ou atendimento ambulatorial.
- g) **Atendimento Domiciliar** - O atendimento domiciliar oferece educação escolar a alunos em tratamento de saúde que precisam permanecer em casa.
- h) **Professor Itinerante** - O professor itinerante, especializado em Educação Especial, visita periodicamente à escola para apoiar o aluno com NEE e orientar o professor da turma.
- i) **Sala De Recursos** - A sala de recursos, instalada em escolas regulares, é equipada com materiais pedagógicos específicos e conta com professores especializados para trabalharem diretamente com os estudantes com NEE.
- j) **Laboratório de Informática** - O laboratório de informática, equipado com computadores e recursos acessíveis, realiza atividades com alunos com NEE utilizando programas educativos adequados para a idade.
- k) **Centro de Apoio Pedagógico** - É uma instituição que oferece avaliação, estimulação, escolarização e preparação para o trabalho, com suporte interdisciplinar e recursos didáticos específicos.
- l) **Sala de Recursos Multimídia** - É um ambiente escolar destinado ao AEE de alunos com NEE, equipado com mobiliário, materiais didáticos e recursos multimídia para estimular habilidades como atenção, memória, percepção e imaginação.

A diversidade de espaços destinados ao AEE contribui para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com NEE no sistema de ensino. Esses ambientes, adaptados às diferentes necessidades dos alunos, possibilitam uma educação mais inclusiva, equitativa e personalizada, respeitando as particularidades de cada sujeito. Além disso, oferece suporte tanto aos estudantes quanto aos professores, promovendo práticas pedagógicas seguras, favorecendo a construção de um ambiente escolar acolhedor. Dessa forma, a existência dessas modalidades de AEE

e a qualidade no atendimento, contribuem para a superação de barreiras na aprendizagem e a garantia do direito à educação.

No entanto, para o presente estudo, aborda-se apenas a Sala de Recursos Multifuncionais, visto que, a legislação valida o suporte oferecido no AEE como importante e necessário para a construção da base para o conhecimento, assegurando as condições necessárias para que o estudante se desenvolva dentro de sua singularidade, eliminando barreiras e proporcionando a continuação do processo de ensino e aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, no Capítulo V, apresenta a definição de educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (Brasil, 1996).

Assim, entende-se o Ensino Especial como modalidade de ensino e a SRM como um serviço necessário, “de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino” (Madureira, 2016, p. 31). Esse espaço tem um papel importante no processo de inclusão, pois oferece suporte especializado que visa atender às necessidades específicas dos estudantes com NEE proporcionando uma educação adaptada às particularidades de cada aluno.

No entanto, conforme a PNEEPEI de 2008, para que o processo de inclusão ocorra verdadeiramente no espaço escolar, faz-se determinante a formação continuada de toda equipe escolar, dos professores do AEE, dos gestores e demais servidores educacionais, a fim de garantir que os profissionais estejam preparados para acolher e atender os estudantes em suas especificidades.

Conforme a LDB e outros documentos normativos como a PNEEPEI de 2008, o Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008 e as Diretrizes Operacionais Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, o público alvo do AEE são os estudantes “com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 1996). O Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do MEC (2010) detalha a definição dos grupos atendidos pelo AEE da seguinte forma:

- Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
- Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2010, p. 7).

Desse modo, as normativas estabelecidas pela LDB e demais documentos legais são essenciais para direcionar a oferta do AEE nas escolas, ao definir o público-alvo e suas especificidades, essas diretrizes buscam assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência destes estudantes no ensino regular.

De acordo com o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do MEC (Brasil, 2010, p. 3), “a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende a necessidade histórica da educação brasileira” de promover a inclusão escolar e garantir o atendimento educacional especializado aos estudantes que necessitam desse suporte.

Assim, o Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, estabelece que é dever do Estado com a educação das pessoas público da educação especial, garantir um sistema educacional inclusivo, sem diferenciação, respeitando a igualdade de direitos e oportunidades, assegurando sua permanência e continuidade no ensino em todos os níveis educacionais. O artigo 2º do referido Decreto, determina que “a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes”, melhor dizendo, deve ofertar o apoio necessário para que estes tenham garantido o acesso, a participação e recebam uma educação facilitadora e transformadora.

Para que as tais barreiras (sejam elas urbanísticas, arquitetônicas, transporte, comunicações, atitudinais e tecnológicas) sejam rompidas, faz-se necessário criar ações que beneficiem o processo de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, e na escola, com ações que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com NEE, o que, ainda conforme o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, seria: a melhoria dos AEE's em funcionamento, abertura de mais SRM, adequação dos prédios educacionais e a produção e distribuição de materiais/recursos acessíveis.

Conforme a legislação exposta, que garante que todos os estudantes recebam estimulação e aprimore suas habilidades, faz-se necessário que estas salas de recursos sejam equipadas com materiais variados, a fim de alcançar resultados eficazes. Desse modo, comprehende-se a sala de

recursos multifuncionais como espaços com oferta de atividades lúdicas, jogos pedagógicos, música e etc., que favorecem o desenvolvimento das capacidades sonora, sensorial e tátil, a fim de ampliar a percepção do mundo a sua volta (Madureira, 2016).

É importante destacar ainda que, é papel da SRM oferecer o AEE tanto aos estudantes da própria unidade educacional quanto aos das escolas próximas, podendo atendê-los individualmente ou em pequenos grupos, no contraturno do ensino regular (Madureira, 2016). Esse atendimento deve ser planejado de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, garantindo recursos, estratégias e adaptações que favoreçam sua aprendizagem e participação no contexto escolar.

Nesse sentido, as normatizações vigentes apresentadas buscam propiciar um ambiente educacional no qual os estudantes possam conviver, aprender juntos e se desenvolver, independentemente de suas especificidades, em um ambiente que valoriza a diferença, de forma a promover a equidade, levando em consideração que as pessoas são diferentes e têm necessidades específicas, respeitando o direito de todos propiciando um sistema educacional inclusivo.

4 A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL NAS SRM DE GOIÂNIA

De acordo com informações coletadas no site da Secretaria Municipal de Educação – SME de Goiânia, na estrutura organizacional existe a Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania – GERINC, subordinada à Diretoria Pedagógica, que possui entre as várias competências:

I – elaborar, implementar e avaliar a política de inclusão da SME, propondo diretrizes, planos e projetos voltados para a inclusão, diversidade e cidadania, com o objetivo de garantir a todos os educandos a igualdade de direitos, a aprendizagem, o acesso e a permanência nas instituições educacionais, considerando suas necessidades e especificidades;

II – orientar os diretores das instituições educacionais e demais unidades técnico-administrativas e pedagógicas da SME para a implementação da legislação referente à inclusão, diversidade, meio ambiente, juventude, mulheres, idosos e direitos da criança e do adolescente;

III – promover estudos e pesquisas educacionais para a implementação das ações educativas na Secretaria Municipal de Educação, voltadas à inclusão, diversidade e cidadania (Goiânia, 2024).

Essas competências demonstram o empenho da SME em assegurar uma educação mais inclusiva e equitativa, alinhando as práticas pedagógicas e administrativas às necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles com NEE.

Vale ressaltar que a SME por meio da Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania – GERINC, elaborou o documento “*Diretrizes das Ações Inclusivas da Rede Municipal de Goiânia*”, com o objetivo de operacionalizar as ações inclusivas, nos âmbitos da educação especial, da educação bilíngue de surdos, educação para a diversidade e cidadania” (Goiânia, 2024, p. 7). Conforme o

referido documento, doravante chamado Diretrizes (Goiânia, 2024), a SME utiliza a legislação e orientações do MEC referentes à educação inclusiva a fim de implementar uma proposta de Educação Especial que leve o ensino comum a atender às diferenças, eliminando barreiras na aprendizagem e garantindo a permanência dos estudantes no ambiente educacional.

Para a SME (Goiânia, 2024), a Educação Inclusiva representa um processo de mudança nas concepções teóricas e práticas da Educação Especial e, para a escola se tornar inclusiva, deve capacitar seus professores e equipe gestora, além de reavaliar as formas de interação entre todos os grupos envolvidos. É necessário ainda, atualizar a estrutura, organização, projeto político-pedagógico, materiais didáticos, metodologias e estratégias de ensino, assim como as práticas de avaliação. Nesse sentido, para acolher todos os estudantes, a escola precisa, transformar seus objetivos, oferecendo um ensino adaptado que promova o desenvolvimento e a inclusão.

A Rede Municipal de Goiânia está dividida em 05 (cinco) regiões, que são as Coordenadorias Regionais – CRE's. Estas possuem uma Equipe Multidisciplinar que apoiam as unidades educacionais nos encaminhamentos necessários aos estudantes que apresentam laudo/relatório médico e/ou dificuldades no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

No que se refere à formação dos profissionais que compõem as Equipes Multidisciplinares, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei n. 13.146/2015, no Art. 2º, o §1º, estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser biopsicossocial, realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, que deverá considerar:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência (Brasil, 2015).

Concernente a esse documento, a formação dos profissionais que compõem a Equipe Multidisciplinar deve ser específica, composta com no mínimo 04 (quatro) profissionais de educação integrante do quadro efetivo de servidores da SME. De acordo com as Diretrizes (Goiânia, 2024), são os profissionais distribuídos nos eixos:

Psicomotor: Um (01) PE-II Educação Física, preferencialmente, com especialização em psicomotricidade.

Cognitivo: Um (01) PE-II licenciado em qualquer área do conhecimento e, preferencialmente, com formação complementar em psicologia e/ou área do desenvolvimento/comportamento humano.

Linguagem: Dois (02) PE-II licenciados em qualquer área do conhecimento e com especialização em psicopedagogia, ou 01 (um) licenciado com especialização em psicopedagogia e 01 (um) licenciado com formação complementar em fonoaudiologia e/ou área da linguagem. (Goiânia, 2024)

Sobre a **psicomotricidade**, Vitor da Fonseca (2010) conceitua como um campo transdisciplinar que investiga as interações e influências recíprocas entre o psiquismo, o corpo e a motricidade, integradas à personalidade singular e em constante evolução do ser humano. Nesse sentido, o autor destaca que a psicomotricidade vai além do desenvolvimento motor, abrangendo dimensões emocionais, cognitivas e sociais que impactam diretamente a construção da identidade e os processos de aprendizagem. Ao reconhecer a interdependência entre corpo e mente, essa abordagem se torna essencial na educação e na reabilitação, promovendo estratégias para o desenvolvimento global do indivíduo.

Quanto à área **cognitiva**, Vygotsky (1994) traz que o desenvolvimento cognitivo é influenciado pelas interações sociais e culturais. Para ele, o desenvolvimento cognitivo não se dá de maneira isolada, mas é mediado por ferramentas culturais, como a linguagem, bem como pelas relações com outras pessoas. Para o autor, a aprendizagem e o pensamento se constroem a partir dessas interações, e o desenvolvimento cognitivo é um processo que depende de uma constante troca entre o indivíduo e o contexto social em que está inserido.

Ferreiro e Teberosky (1984), em sua teoria construtivista, destacam que o desenvolvimento da **linguagem** é mediado pelas interações sociais e culturais, sendo uma construção que ocorre no contexto específico da criança, com a mediação do ambiente social e cultural ao seu redor. No caso dos estudantes com NEE, estes podem enfrentar desafios adicionais no processo de aprendizagem, necessitando de adaptações no ambiente de ensino, estratégias específicas e maior apoio para desenvolver suas habilidades linguísticas.

Quanto à escola, as Diretrizes (Goiânia, 2024) trazem que esta tem a função de receber o estudante na unidade, de observá-lo por um período de 15 dias, avaliando suas habilidades, necessidades e dificuldades. Se forem identificadas dificuldades significativas, o estudante pode ser encaminhado para uma avaliação pedagógica, a qual é realizada pela Equipe Multidisciplinar da CRE que a unidade educacional está vinculada.

O encaminhamento realizado pela escola consiste de um relatório elaborado pela unidade em modelo padrão, o termo de autorização assinado pelos responsáveis, anexar o relatório os laudos/relatórios médicos quando houver e enviados de forma digital para a CRE, que conduz à Equipe Multidisciplinar para proceder com a avaliação. Assim, a Equipe de posse do documento de encaminhamento, mediante agendamento, se direciona a unidade para a observação e avaliação do estudante, da:

[...] análise de sua produção (leitura, escrita e raciocínio-lógico) e seu material escolar, do aspecto psicomotor, da linguagem, do cognitivo, do diálogo com coordenadores e professores, da observação do contexto educacional e, se necessário, entrevista com os pais e/ou responsáveis (Goiânia, 2024, p. 15).

Em caso de constatação de demanda de Atendimento Especializado, um parecer é enviado para a CRE, validando a necessidade do AEE e conduzindo o estudante para o atendimento, que pode ocorrer: no Centro Municipal de Apoio à Inclusão – CMAI, nas SRM existentes nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI's e Escolas da Rede Municipal, nos Centros de Atendimento Educacional Especializado – CAEE conveniadas à SME, sendo essas: a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, b) Centro de Atendimento Especializado Renascer – CAE Renascer, c) Centro de Orientação, Reabilitação e Assistência ao Encefalopata – CORAE, d) Núcleo de Apoio para Deficientes Visuais - NAP (Goiânia, 2024).

Quanto à abertura das SRM nas unidades educacionais, conforme as Diretrizes (Goiânia, 2024):

Após a avaliação da Equipe Multidisciplinar ou GERINC, mediante demanda manifesta e comprovada de crianças/estudantes público-alvo do AEE, e constatada a disponibilidade de espaço físico, mobiliário e recursos pedagógicos na instituição, o diretor efetivará a solicitação com todas essas informações, via ofício, à CRE, com cópia para a GERINC (Goiânia, 2024).

A Equipe Multidisciplinar faz um levantamento da demanda de crianças na unidade educacional que possui espaço para a SRM e nas escolas vizinhas, mediante os encaminhamentos realizados pelas unidades educacionais, o que permite a comprovação de existência de demanda (não existe um número específico) de estudantes com laudo ou relatório médico indicando a necessidade do AEE. Após essa avaliação, o diretor da unidade educacional encaminhará um ofício com essas informações para a CRE, com cópia para a GERINC, para que sejam organizados os trâmites para a abertura das SRM (Goiânia, 2024).

Cada estudante da SME matriculado no AEE deverá ter “elaborado pelos professores, sob a orientação do coordenador pedagógico, Apoio Pedagógico, Equipe Multidisciplinar e professores do AEE, o Plano Educacional Individualizado – PEI” a fim de direcionar a efetivação do trabalho pedagógico na unidade educacional (Goiânia, 2024, p. 15). Conforme as Diretrizes (Goiânia, 2024):

O instrumento do PEI do estudante com NEE contém tópicos que objetivam o direcionamento do trabalho após o reconhecimento das especificidades e coleta dos dados sobre o estudante. O Plano deverá ser elaborado de acordo com a pesquisa e os estudos feitos pelos professores, considerando as dificuldades, habilidades e necessidades específicas do estudante, a fim de propor metodologias de diferenciação curricular, recursos, adequações e estratégias de acessibilidade para intervenção pedagógica (Goiânia, 2024, p. 49).

Dessa forma, o PEI visa garantir que cada estudante com NEE receba um atendimento educacional individualizado e inclusivo, assegurando que suas necessidades sejam atendidas de forma eficaz e promova seu desenvolvimento integral, tanto acadêmico quanto social. Este **plano** tem por objetivo orientar as ações pedagógicas para o estudante com NEE, promovendo a aprendizagem por meio de metodologias diferenciadas, garantindo uma avaliação contínua e processual, bem como priorizar o registro do processo, evidenciando as práticas pedagógicas realizadas e os resultados obtidos (Goiânia, 2024).

4.1 LOTAÇÃO DO PROFISSIONAL NA SEM

O profissional a ser lotado na SRM no município de Goiânia, deve fazer parte do quadro efetivo de servidores da Rede, ter o cargo de Profissional de Educação II, com graduação em qualquer área de conhecimento (Pedagogia, Educação Física, Arte, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Ciências Biológicas, Geografia ou História), com especialização em Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado com carga horária de 360 horas (Goiânia, 2024).

Ainda, seguindo os critérios das Diretrizes (Goiânia, 2024), o professor pode se candidatar à vaga do AEE e passar por uma seleção, com análise de *Curriculum Lattes* e entrevista com a GERINC de forma oral e escrita. Em caso de aprovação, a Gerência fornecerá um parecer favorável à lotação do servidor, encaminhando-o à Gestão de Pessoas, mediante, a disponibilidade para cumprir 60 horas semanais de efetivo trabalho no AEE.

As Diretrizes (Goiânia, 2024) estabelece como função do professor lotado na SRM:

[...] organizar o trabalho a ser desenvolvido, articular com os professores do ensino comum e orientar as Unidades Educacionais. Possui, ainda, atribuição de atender, planejar, articular e elaborar os recursos de acessibilidades de forma individual, de acordo com as especificidades de cada criança/estudante. Realizar, quando se aplicar, o atendimento in loco das crianças/estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo nos dias de atendimento. Bem como, atender as necessidades das crianças/estudantes com indícios de Altas Habilidades/Superdotação (Goiânia, 2024, p.19).

O trabalho do professor do AEE será orientado pelo Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, que deverá incluir objetivos definidos a partir do estudo de caso realizado pelo próprio professor, por meio da avaliação do estudante e de acordo com as necessidades de adequações para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, com indicação de ações específicas para o atendimento nas seguintes áreas, de acordo com as Diretrizes (Goiânia, 2024):

- **Comunicação e Tecnologia Assistiva** - TA: Inclui a elaboração de recursos e orientações relacionadas à TA, acessibilidade pedagógica, Comunicação Aumentativa e/ou Alternativa, Atividades de Vida Autônoma e Social - AVAS, habilidades sociais e adaptativas, além das

possibilidades comunicativas. A adequação de estratégias deve ser realizada conforme as necessidades específicas.

- **Área de Desenvolvimento Cognitivo:** Elaborar recursos e orientações para a diferenciação curricular e o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, intelectuais e executivas. O objetivo é adequar as estratégias para o desenvolvimento das funções mentais superiores, como atenção, abstração, generalização, percepção, linguagem, criatividade, memória, concentração, raciocínio lógico, entre outras.
- **Psicomotora:** Elaborar recursos e instruções sobre questões como orientação e mobilidade, adequação postural, percepção espaço-temporal, habilidades de coordenação motora, desenvolvimento do esquema e da imagem corporal.

De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), em 14 de dezembro de 2007, o conceito brasileiro de Tecnologia Assistiva fica definido como:

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, envolvendo sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII) (in Bersch, 2017, p.4).

Essa definição ressalta a importância da TA como um instrumento essencial para a garantia de direitos e a promoção da equidade, viabilizando a participação ativa das pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais, educacionais e profissionais. A TA, ao ser incorporado nas práticas do AEE, possibilita a adaptação de materiais, a comunicação alternativa e aumentativa, o acesso a recursos digitais acessíveis e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendem às necessidades individuais dos estudantes.

Com base na teoria de Vygotsky (1994) sobre o desenvolvimento cognitivo, as estratégias de divisão curricular para o desenvolvimento das funções mentais superiores, como atenção, memória, raciocínio lógico e abstração, se alinham à ideia da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP é um conceito criado por Vygotsky para explicar que o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando alguém ajuda a realizar uma tarefa que ainda não se consegue fazer sozinho. No contexto da Educação Especial, essas estratégias são fundamentais para o AEE, pois, por meio da mediação de profissionais especializados, estimula-se a autonomia e a independência do aluno, promovendo o seu desenvolvimento.

Quanto às atividades psicomotoras, Fonseca (2010) traz que:

A intervenção educacional ou reabilitacional mediatizada pela psicomotricidade deve visar a facilitação da tomada de consciência do corpo e das suas diferentes partes no espaço e no tempo, enfocando a descentração e a flexibilidade das relações entre posições e pontos de referência, pondo em destaque as funções psíquicas de atenção, de percepção, de imagem, de memória, de processamento simultâneo e sequencial de dados internos e externos, de simbolização, de expressividade estética e artística (Fonseca, 2010, p. 08).

Esse processo, além de facilitar a aprendizagem, busca uma transformação profunda na maneira como o indivíduo percebe e interage com o mundo ao seu redor, alinhando-se ao entendimento de que a intervenção deve atuar no núcleo psíquico, centralizando-se nas capacidades mentais e representacionais. Dessa forma, a psicomotricidade se torna uma ferramenta não só de desenvolvimento motor, mas também de enriquecimento da dimensão simbólica, não se trata apenas de melhorar o movimento ou a motricidade, mas de promover uma mudança na forma como ele comprehende e interage com o mundo, indo além da simples melhoria do movimento ou da motricidade.

4.2 PÚBLICO, HORÁRIO E FORMATO DO ATENDIMENTO DO AEE

Do mesmo modo que a legislação vigente, as Diretrizes de Goiânia (2024) estabelecem que o público do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são os estudantes matriculados em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino que apresentam “Deficiência Intelectual, Física, Visual, Auditiva, Múltipla, Surdocegueira, Transtornos Globais do Desenvolvimento (incluindo os Transtornos do Neurodesenvolvimento - TEA) ou Altas Habilidades/Superdotação” (Goiânia, 2024, p. 15). Esses alunos terão o AEE como parte essencial do seu processo educacional, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira individualizada e adequada, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

Para os estudantes que não apresentarem Laudo ou Relatório Médico, mas que demonstram características que atendem o perfil do público específico indicado para o AEE, o encaminhamento deverá ocorrer normalmente, sendo realizada a avaliação inicial pelo professor referência, sob a orientação do coordenador e apoio pedagógico, a fim de constatar as dificuldades, habilidades, potencialidades e necessidades específicas para o preenchimento do Relatório de Encaminhamento. Em seguida enviar à CRE para que a Equipe Multidisciplinar venha avaliar o estudante e proceder com os encaminhamentos, conforme Nota Técnica n. 04, de 2014/MEC/SECADI/DPEE (Goiânia, 2024).

Conforme as Diretrizes (Goiânia, 2024), cada Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) atenderá até 30 estudantes, sejam eles da própria escola ou de escolas próximas, com dois atendimentos semanais de 45 a 50 minutos para cada aluno, realizados nas segundas e Quartas-feiras

ou nas terças e quintas-feiras, no contraturno. Esse atendimento pode ser individual ou em grupos de até quatro alunos, podendo ser ajustado conforme as necessidades específicas de cada estudante.

Assim sendo,

[...] todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (Brasil, 2010, p. 06).

O AEE ocorre no contraturno escolar principalmente para garantir que os estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas recebam o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades curriculares regulares. Ao acontecer no contraturno, o AEE permite que o aluno participe das aulas regulares sem comprometer sua formação. Isso garante que ele tenha acesso aos conteúdos e atividades da educação comum enquanto também recebe apoio especializado.

4.3 ORIENTAÇÕES PARA O AEE NA SRM DE GOIÂNIA

As Diretrizes (Goiânia, 2024), trazem orientações importantes para o Atendimento ofertado nas SRM, como:

- O AEE deve ser integrado ao Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais;
- Ocorrendo seis faltas sem justificativa, o estudante será desligado do AEE, cedendo a vaga para outra criança que também necessita do atendimento e está na fila de espera.
- Os estudantes que apresentam baixa frequência no ensino comum não poderão participar do AEE, já que seu objetivo principal é complementar ou suplementar o ensino ofertado neste.
- As sextas-feiras serão reservadas para o professor do AEE realizar o planejamento, estudo de caso, articulação, acompanhamento das Unidades Educacionais e formação profissional.
- O professor das SRM deverá elaborar, preencher e arquivar instrumentos específicos, conforme a periodicidade estabelecida pela GERINC, incluindo: Autorização para Atendimento (anualmente), Termo de Autorização de Uso de Imagem (anualmente), Declaração de Atendimento (semestralmente), Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE (semestralmente), Planilha de Levantamento de Dados das SRM (mensalmente), Ficha de Frequência/Diário (diariamente), Cronograma de Articulação e Acompanhamento às Unidades Educacionais (mensalmente) e Relatório de Atendimento

AEE/Ensino Comum (conforme os acompanhamentos realizados). Os dados dos estudantes matriculados nas SRM devem ser registrados na Planilha de Levantamento de Dados das SRM, disponível via drive, até o quinto dia útil do mês.

- As Equipes Multidisciplinares devem acompanhar as atividades realizadas pelo AEE nas SRM, orientar e apoiar os professores, bem como garantir o cumprimento das normas de organização e funcionamento. Esse trabalho colaborativo é fundamental para garantir a qualidade do atendimento e promover o desenvolvimento dos estudantes.

4.4 ARTICULAÇÃO DO PROFESSOR DA SRM COM A ESCOLA E DEVOLUTIVA PARA OS RESPONSÁVEIS

Segundo as Diretrizes (Goiânia, 2024), o professor do AEE nas SRM recebe a documentação de encaminhamento da criança/estudante (Relatório de Encaminhamento, Termo de Autorização, Parecer da Equipe Multidisciplinar, laudos ou relatórios médicos quando houver) das Equipes Multidisciplinares. Em seguida, entrará em contato com os responsáveis legais, organizando os horários de atendimento, articulando com os professores do ensino comum e elaborando o PAEE, que será o norteador do atendimento.

O estudo de caso e os objetivos do PAEE, de acordo com as Diretrizes (Goiânia, 2024), devem ser ajustados entre três e quatro semanas após o encaminhamento, pois cada estudante apresenta necessidades específicas que podem mudar ao longo do tempo. Uma avaliação contínua permite estratégias, metodologias e recursos adequados utilizados no AEE, garantindo um atendimento mais eficaz. A reorganização do PAEE ocorre com base nos resultados dessas avaliações, o que possibilita verificar se as estratégias empregadas estão promovendo o desenvolvimento desse processo de retroalimentação, que é essencial para garantir que o atendimento permaneça alinhado às necessidades individuais do aluno.

As articulações regulares com os professores do ensino comum devem ocorrer: semanalmente para casos de Transtorno de Espectro Autista - TEA e, no mínimo, mensalmente para os demais casos. O campo de Avaliação dos Resultados deve ser estruturado até o final de cada semestre de atendimento, definindo a continuidade ou não dos atendimentos por semestre.

As orientações aos responsáveis legais podem ser realizadas ao longo do semestre letivo, durante o horário de atendimento dos estudantes, sempre que necessário. Nos meses de junho e dezembro, pode ser organizada a Semana de Articulação com os responsáveis legais, com o objetivo de finalizar a elaboração do PAEE, oferecer as últimas orientações e repassar informações sobre o encerramento do semestre (Goiânia, 2024).

4.5 ATENDIMENTO *IN LOCO* PARA ESTUDANTES COM TEA

As Diretrizes (Goiânia, 2024) possui um tópico que trata exclusivamente do AEE para os estudantes com TEA. Existe a possibilidade que o atendimento *in loco* ocorra semanalmente apenas para estudantes com TEA que apresentam maior comprometimento na interação social, dificuldades de adaptação e equilíbrio no ambiente educacional. Quando o estudante demonstra inflexibilidade para aceitar novos espaços de convivência e/ou há ausência de comunicação verbal, torna-se necessário optar pelo AEE *in loco*, no qual o professor responsável pelo atendimento se desloca semanalmente até a Unidade Educacional (Goiânia, 2024).

De acordo com as Diretrizes (Goiânia, 2024), o AEE deverá ser avaliado em conformidade com as características e condições específicas do estudante com TEA. Quando encaminhado, essa avaliação será realizada pelo professor da SRM, com o objetivo de determinar o formato mais adequado para o atendimento, que pode ocorrer a partir da frequência do estudante na SRM, ou ainda, com a ida do professor da SRM *in loco*.

Desse modo, conforme as Diretrizes (Goiânia, 2024) as necessidades das crianças/estudantes com TEA requer uma organização no cotidiano escolar. Nesse atendimento *in loco*, o professor do AEE auxiliará na criação de recursos de acessibilidade e na sistematização da rotina, conforme as especificidades de cada estudante. Esse atendimento *in loco*, expressa a proposição de parceria com a equipe pedagógica que atende o estudante e seus responsáveis legais, promovendo o desenvolvimento da proposta de intervenção e das ações a serem trabalhadas.

5 A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA SRM DE GOIÂNIA

Segundo Franco, “uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades” (2016, p. 536). Nesse contexto, o AEE configura-se como uma prática pedagógica intencional para garantir acessibilidade pedagógica, oferecendo recursos e estratégias que eliminam barreiras e promova o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

A pesquisa de campo consistiu de uma visita em duas escolas da Rede Municipal de Goiânia, em ambas, oportunizou-se conhecer os espaços das SRM, os materiais pedagógicos disponíveis, os documentos que compõem os registros das salas (diário, PAEE, relatório de articulação com a escola, fotos), bem como conhecer a professora do AEE e compreender a sua prática.

Para preservar a identidade das escolas e garantir a confidencialidade, utilizou-se Escola 1 e Escola 2 para referir-se as instituições nesse trabalho.

A SRM da Escola 1 é ampla, possui no seu ambiente, uma mesa com cadeira de escritório e um computador para a professora; um *notebook*, um armário para guardar os materiais pedagógicos, uma mesa quadrada com cadeiras para atividades com os estudantes, três mesas individuais com cadeira para atendimento das crianças e família; na sala tem ainda um espelho, tapete pedagógico e um quadro branco. A SRM tem 30 estudantes frequentes e de 07 na lista de espera.

A professora da Escola 1 demonstrou grande satisfação com seu trabalho, possui formação em Pedagogia e Especialização em AEE. Relatou que não chegou recursos para a SRM nos anos de 2023/2024 e como consequência, muitos materiais foram produzidos por ela, e outros comprados com seu próprio recurso a fim de favorecer melhor desenvolvimento dos seus alunos. Expõe que “o AEE não é para escolarização, nem reforço, muitas pessoas não compreendem isso” (Professora SRM Escola 1). Diz que na sua prática, “procura oferecer acessibilidade pedagógica, procura observar e ver onde intervir para ajudar o professor em sala de aula”.

Quanto ao documento que norteia o trabalho do AEE, o PAEE, a professora apresentou os formulários do segundo semestre de 2024 e informou que não existe um modelo padrão na SME, mas mediante diálogo com outros profissionais das SRM da SME disseram que realizam o registro de forma semelhante.

O PAEE apresentado possui cabeçalho com a identificação da SME e da unidade educacional, tem o campo de dados de identificação do estudante, composto por nome completo, data de nascimento, dados da escola em que está matriculado, turma, turno e nome da professora. A seguir apresenta o tópico Estudo de Caso, local designado para registro dos dados do laudo ou relatório médico, bem como as dificuldades do estudante.

Após vêm os objetivos elencados para serem trabalhados no semestre; a organização do atendimento com dias e horários; atividades a serem desenvolvidas no atendimento; a seleção de materiais/recursos a serem produzidos e/ou adequados para o estudante e ainda os materiais e equipamentos que necessitam ser adquiridos. Na sequência, constam tipos de parcerias necessárias para aprimorar os resultados do atendimento; quais pessoas receberão orientação da professora do AEE; avaliação dos resultados; reestruturação do plano visando o próximo semestre, finalizando com data e assinatura da professora do AEE.

Observou-se nos PAEE's uma constância nos objetivos, para os estudantes menores de 4 a 6 anos, consta apenas 3 objetivos procedimentais, para os estudantes maiores, constam de 4 a 5 objetivos para os estudantes de 07 até 10 anos. Os objetivos no PAEE referem-se a objetivos procedimentais como: regulação emocional e comportamental; interação e socialização; ampliação ou aprimoramento da comunicação; estimulação sensorial e motora; desenvolvimento da autonomia; competências

escolares, entre outros. A professora explica que “os objetivos são poucos, mas focados para dar resultados”. Os resultados esperados estão diretamente relacionados ao desenvolvimento das habilidades e à autonomia dos estudantes atendidos pelo AEE. Como os objetivos são curtos, mas bem direcionados, espera-se que eles proporcionem avanços concretos e significativos.

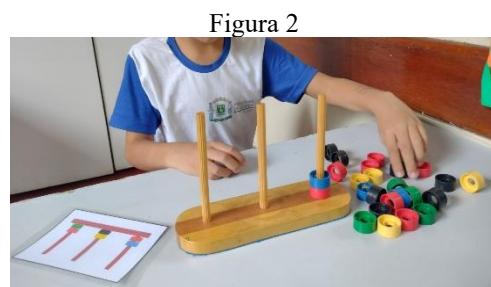
Ao analisar o diário de sala, foram visualizadas atividades relacionadas às Áreas de Comunicação e TA, Área de Desenvolvimento Cognitivo e Área Psicomotora. Nota-se que normalmente abordam duas áreas durante cada aula.

A fim de exemplificarmos, temos a Figura 1, que ilustra uma atividade na área cognitiva, como o reconhecimento do alfabeto móvel, som das letras, identificação da letra do seu nome e formação de palavras, entre outras possibilidades, dependendo da intencionalidade. Esta atividade reflete a proposta de Vygotsky (1994), que acredita que o aprendizado é mais eficaz quando o estudante é desafiado dentro de sua ZDP. Ou seja, ao ser estimulado a realizar tarefas que não consegue fazer sozinho, mas com a mediação do educador, o estudante pode avançar em sua aprendizagem. Assim, a intencionalidade do professor em atividades planejadas que respeitem a ZDP do aluno contribui para o desenvolvimento cognitivo e para o alcance de novos aprendizados.

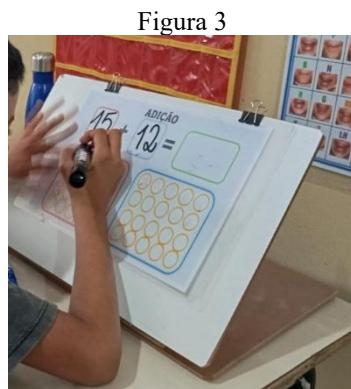
Figura 1



Na Figura 2, observa-se uma atividade utilizando as Áreas Cognitiva e Psicomotora, na qual o estudante precisa analisar a ficha com instrução e organizá-la conforme sequência e cor, estimulando o raciocínio e a coordenação motora. Essa atividade reflete o que Fonseca (2010) propõe, ao destacar a importância da psicomotricidade no desenvolvimento da consciência corporal e das funções psíquicas, como percepção, atenção e memória. Ao realizar essa tarefa, o estudante é desafiado a integrar suas habilidades cognitiva e motora, promovendo a descida e a flexibilidade nas relações entre posições e pontos de referência, o que favorece a construção de novas conexões e a melhoria do processamento simultâneo e sequencial de dados internos e externos, conforme enfatizado por Fonseca.



Na Figura 3, observa-se uma atividade que envolve as áreas de Comunicação e Tecnologia Assistiva e, a área cognitiva. O exercício utiliza uma prancha adaptada, recurso que oferece altura e inclinação adequadas para garantir o conforto do estudante durante a tarefa, sendo especialmente útil para alunos com baixa visão. Essa prática está alinhada ao conceito de Bersch (2017), que destaca o papel da Tecnologia Assistiva na adaptação de recursos pedagógicos para promover a funcionalidade e a participação efetiva dos alunos no processo de ensino aprendizagem. No contexto do AEE, o uso desses instrumentos visa eliminar barreiras à aprendizagem, assegurando que todos os estudantes - independentemente de suas especificidades - possam desenvolver seu potencial acadêmico e social em condições de equidade. Dessa forma, a atividade exemplificada não apenas facilita o acesso ao conhecimento, mas também fortalece a autoestima e a inclusão plena desses estudantes no ambiente escolar.



A Figura 4 demonstra uma atividade durante um atendimento em grupo, onde se observa o envolvimento das Áreas: Cognitiva e Psicomotora. A professora construiu um jogo utilizando materiais recicláveis, como papelão e tampinhas. Construiu-se uma prancha para trabalhar operações matemáticas, proporcionando uma atividade diferenciada, que visa promover a aprendizagem. Observa-se que esta abordagem está alinhada com a teoria de Vygotsky (1994), que destaca a importância da mediação no processo de aprendizagem. Reforçando que o aprendizado acontece de maneira mais eficaz quando o aluno é acompanhado de perto por um adulto ou um colega mais

experiente, permitindo o desenvolvimento das funções mentais superiores dentro da ZDP. Nesta atividade cria-se um ambiente de aprendizagem rico, em que o aluno é constantemente estimulado a superar desafios com o apoio da professora ou de um colega.

Figura 4



A SRM da **Escola 2** possui 2 mesas com cadeiras, dois computadores, um *notebook*, 2 tablets, uma caixa de som, uma mesa quadrada com 3 cadeiras para uso dos estudantes; possui ainda uma impressora e 1 *notebook* para uso da professora; possui 2 prateleiras para guardar os materiais pedagógicos, um quadro branco, um tapete pedagógico e ar condicionado. A SRM possui 28 estudantes matriculados e uma fila de espera de 6 estudantes.

A professora possui formação em Pedagogia e Psicologia, trabalha com AEE na SME há mais de 10 anos. Relata que a SRM recebeu recurso do governo federal no final do ano de 2023, que proporcionou adquirir em 2024 computadores novos, os *tablets*, um *notebook* e diversos jogos pedagógicos e educativos.

Do mesmo modo, foi disponibilizado o acesso ao PAEE, ao diário da sala, aos relatórios de articulação com as escolas e fotos. Todos os documentos possuem estrutura semelhante à Escola 1, apenas com algumas ações registradas no diário de forma cotidiana, como é o caso da rotina, que de acordo com o documento consta: “Acolhida, localizando no tempo e espaço (dia da semana, mês, ano e cidade que estamos)” de forma inicial para todos os atendimentos. Observa-se também uma quantidade de objetivos em torno de 4 a 5 por estudante. A professora explica que “o processo das crianças com NEE ocorrem de forma mais lenta, que é comum estipularem um número menor de objetivos, mas que como o PAEE necessita de revisão constante, assim que um objetivo é alcançado, é estipulado outro, sempre com o propósito de oferecer suporte para o desenvolvimento do estudante, auxiliando sua aprendizagem em sala de aula” (Professora SRM Escola 2).

Ao observar a Figura 5, percebe-se uma atividade com as Áreas Psicomotora e Cognitiva. Segundo a professora, “ao estimular a lateralidade, promove-se a melhora das habilidades motoras finas e grossas, bem como o seu equilíbrio. Além disso, atividades de lateralidade contribuem para o desenvolvimento da linguagem, do raciocínio lógico e da percepção visual.”

De acordo com Negrine (1986, p. 29), “A consciência da lateralidade e da discriminação de direita e esquerda ajudará a perceber os movimentos do corpo no espaço e no tempo”. A compreensão e o desenvolvimento da lateralidade são fundamentais para a realização de atividades cotidianas, como escrever, manipular objetos e coordenar movimentos mais complexos. Além disso, essa habilidade influencia a orientação espacial e a organização corporal, refletindo diretamente no desempenho acadêmico e motor da criança. Portanto, estimular a lateralidade por meio de práticas pedagógicas e psicomotoras contribui para um desenvolvimento mais equilibrado e funcional, favorecendo a autonomia e a interação com o meio.



A Figura 6, apresenta-se como uma atividade da Área Cognitiva, observa-se um jogo que estimula por meio da imagem a associação de desenhos, o reconhecimento de letras, sílabas e palavras, bem como estimula a concentração, atenção e criatividade, processo que favorece a aquisição da escrita alfabética.

Para Kishimoto (2010):

Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de diversas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados (Kishimoto, 2010, p.01)

Esse tipo de atividade lúdica reforça a importância da brincadeira no desenvolvimento infantil, pois, além de proporcionar momentos prazerosos, contribui para a aprendizagem significativa. O brinquedo permite à criança explorar diferentes formas de expressão e conhecimento, integrando aspectos cognitivos, psicomotores e de comunicação. Assim, ao se envolver em jogos e desafios que estimulam a percepção visual, a progressão motora e o pensamento simbólico, a criança se apropria gradativamente do sistema de escrita, tornando a aprendizagem mais prazerosa.

Figura 6



As Figuras 7 e 8 referem-se ao mesmo atendimento, envolve as áreas Cognitiva e Psicomotora. O exercício com a massa de modelar é fundamental para o desenvolvimento infantil, estimulando a motricidade, concentração, criatividade e imaginação. Segundo Kishimoto (2010), materiais como massinhas e argilas favorecem o desenvolvimento do senso estético e oferecem oportunidades para explorar formas, texturas e elementos. A repetição e experimentação ajudam a criança a aprimorar suas habilidades motoras, desenvolver o pensamento lógico e compreender relações de causa e efeito, tornando o brincar essencial para a aprendizagem.

Figura 7



Figura 8



No item avaliação dos PAEE's, em ambas as unidades, é possível observar na grande maioria observações de avanços dos estudantes e algumas recomendações para continuarem com o AEE. Em alguns casos existem orientações para que procurem outros especialistas a fim de auxiliar ainda mais no desenvolvimento do estudante. Assim, ao analisar as práticas pedagógicas demonstradas pelas duas

SRM percebe-se intencionalidade, efetividade e a adequação das práticas às necessidades dos estudantes. Observa-se que os objetivos estipulados no PAEE estão alinhados as necessidades individuais e há coerência com os princípios da educação inclusiva e o que é estabelecido para o AEE.

As estratégias utilizadas demonstram inovação, ao integrar a utilização de materiais recicláveis na construção de atividades pedagógicas, bem como na adaptação e acessibilidade, atendendo às necessidades específicas dos alunos. É uma abordagem que permite criar recursos personalizados, promovendo a inclusão e o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, ao mesmo tempo em que estimula nos estudantes a consciência ambiental, a interação e a criatividade.

Percebem-se, em ambas as SRM, semelhanças e resultados igualmente positivos. Contudo, o recurso que chegou a uma unidade não foi disponibilizado para a outra, demonstrando que o poder público ainda enfrenta desafios na distribuição equitativa de recursos e no atendimento às demandas específicas de cada escola. O que evidencia a necessidade de uma gestão mais eficiente e adequada, que considere as particularidades de cada contexto e garanta igualdade de condições para todas as instituições, fortalecendo a educação e a inclusão.

Ainda na análise do PAEE, no item Avaliação dos Resultados, observa-se que a professora da Escola 1 teve o cuidado em dividir a avaliação em três partes. Primeiro a avaliação do AEE, depois a da escola, em seguida a da família. Nota-se que em todos os documentos analisados, Escola 1 e Escola 2, apenas um total de 2 crianças não apresentaram o crescimento esperado de acordo com os objetivos, necessitando continuar com objetivos estabelecidos no AEE e solicitando atendimento com outros especialistas. No que se refere à aprendizagem, nota-se várias expressões como: do AEE da Escola 1 “avançou de forma notável”; “fez progressos importantes”; do AEE da Escola 2 “se desenvolveu muito bem”; da professora da escola “está participando das atividades com êxito”; da família “a mãe está muito feliz com os avanços”. Todo o trabalho realizado pelas SRM demonstra estar em consonância com a proposta do AEE, ao percebermos o reconhecimento por parte dos envolvidos, seja por meio de relatos de professores e familiares, seja pelos avanços observados no desempenho dos estudantes. Esses aspectos confirmam a eficácia do atendimento oferecido, alinhando-se às diretrizes da PNEEPEI (2008) e reforçando a importância da continuidade.

6 EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Borges e Bernartt (2024), a escola, ao longo da história, firmou-se como o principal espaço para a realização dos processos educativos intencionais. Isso implica que ela é reconhecida como o lugar central para o desenvolvimento de práticas pedagógicas planejadas e estruturadas, voltadas para a formação integral dos indivíduos. Além disso, a escola é um espaço

privilegiado para a promoção da inclusão e da equidade, ao oferecer oportunidades para que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam acessar o conhecimento e desenvolver seu potencial.

A prática pedagógica desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos estudantes, pois está diretamente ligada ao processo de aprendizagem e formação de competências cognitivas, sociais e emocionais. Conforme Franco:

As práticas pedagógicas são aquelas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais. São práticas carregadas de intencionalidade uma vez que o próprio sentido de práxis se configura por meio do estabelecimento de uma intencionalidade, que dirige e dá sentido à ação, solicitando uma intervenção planejada e científica sobre o objeto, com vistas à transformação da realidade social (Franco, 2016, p.542).

Através de práticas planejadas e estruturadas, os professores estimulam o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e a aquisição de novos conhecimentos. Tais práticas são intencionais, com o objetivo de ajudar os estudantes a expandir suas habilidades e competências em diversos aspectos da vida, tanto no contexto acadêmico quanto pessoal. Ao promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e interativo, a prática pedagógica contribui para a construção de valores como cooperação, respeito e autonomia, que são fundamentais para o crescimento integral do estudante.

É por meio do desenvolvimento dessas habilidades que os estudantes começam a melhorar sua qualidade de vida, pois a educação impacta diretamente em sua capacidade de tomar decisões, se manifestar e lidar com os desafios cotidianos. Além disso, uma educação de qualidade prepara os estudantes para o futuro, oferecendo-lhes as ferramentas possíveis para enfrentar os desafios com confiança e autonomia. À medida que as práticas pedagógicas são ajustadas para atender às necessidades de cada aluno, elas não apenas promovem o aprendizado, mas também ajudam a diminuir desigualdades, criando oportunidades para que todos os estudantes possam prosperar e contribuir para uma sociedade de maneira plena. Dessa forma, a melhoria da qualidade de vida está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento educacional, tornando a prática pedagógica um instrumento fundamental. Dessa forma, a escola não é apenas um local de transmissão de saberes, mas também um ambiente que contribui para a transformação social.

Ainda conforme Borges e Bernartt (2024) comprehende-se o termo desenvolvimento a relação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Essa abordagem enfatiza que o desenvolvimento deve ir além dos aspectos econômicos e produtivos, abrangendo também dimensões sociais, culturais, ambientais, políticas e tecnológicas, com foco na promoção de condições que favorecem o bem-estar integral do ser humano. Conforme as autoras, “educação e desenvolvimento não podem ser pensados separadamente, e a educação torna-se fator influente na reconstrução social” (Borges e Bernartt, 2024,

p. 5). Nesse sentido, a educação desempenha um papel central para capacitar os indivíduos para participar da transformação de suas comunidades, promovendo não apenas o conhecimento técnico, mas também a construção de valores, habilidades e competências que atuam para um desenvolvimento pleno.

A integração da educação com o desenvolvimento local é, portanto, essencial para transformar a realidade das comunidades, criando condições para um futuro mais justo e equitativo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se com esse estudo que o AEE de fato, complementa as práticas pedagógicas da escola regular, ao desenvolver estratégias adaptadas às necessidades de cada estudante com NEE, ao identificar barreiras no processo de ensino e aprendizagem, ao criar proposições, ao adaptar materiais para serem utilizados nas salas de aula, ao promover articulação com a escola e propor alternativas, ao planejar em conjunto, ao acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. O que leva ao fortalecimento do ambiente inclusivo, garantindo oportunidades reais de aprendizado.

Percebe-se a partir dos marcos legais e da prática observada, a importância das SRM para o atendimento aos estudantes com NEE. No entanto, o número de SRM ainda é insuficiente, diante do número de estudantes na fila de espera. O ideal seria eliminar completamente essa fila com o aumento do número de SRM, assegurando atendimento a todos os que necessitam.

Cabe ressaltar a necessidade da continuidade dos investimentos na formação dos professores que atuam no AEE, garantindo que estejam preparados para atender às demandas específicas dos estudantes com NEE. A qualificação desses profissionais possibilita a aplicação de práticas pedagógicas mais eficientes e inovadoras, contribuindo para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Dessa forma, a formação continuada e o suporte técnico são essenciais para que o AEE alcance seus objetivos de maneira efetiva. Além disso, é necessário que essas formações também contemplam os professores do ensino regular, visto que muitos sentem falta de formação adequada para lidar com os desafios decorrentes da diversidade em sala de aula.

Nessa pesquisa, reconhece-se a contribuição positiva do AEE para o processo de desenvolvimento dos estudantes com NEE, o que nos leva a inferir que o município de Goiânia tem atendido à proposta da inclusão e, consequentemente, tem contribuído para o desenvolvimento regional, colaborando com a formação de cidadãos mais preparados para exercer sua cidadania, participar ativamente da sociedade, tendo acesso a oportunidades de maneira mais equitativa. Por fim, destaca-se que a ampliação e a melhoria das SRM devem ser uma prioridade nas políticas educacionais, a fim de assegurar que todos os estudantes com NEE tenham acesso ao atendimento

especializado de qualidade. A implementação de estratégias que favoreçam a inclusão, aliada ao fortalecimento da colaboração entre professores, famílias e gestores, pode resultar em um sistema educacional mais acessível e equitativo. Assim, garantir o direito à educação inclusiva não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso social fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão de literatura” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-44.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre – RS. 2017. Disponível em: Chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf, acessado em: 20/01/2025.

BORGES, Graziela Scopel; BERNARTT, Maria de Lourdes. *Educação e Desenvolvimento Local*. 2024. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/111968029/semana-3-borges-g-s-bernartt-m-l-educacao-e-desenvolvimento-local>, acessado em: 11/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acessado em 02/08/2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>, acessado em 02/08/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6571&ano=2008&ato=cccMTWE50dVpWTd9a>, acessado em 08/08/2024.

BRASIL. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf, acessado em 10/08/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual de Orientação: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais. Elaboração Claudia Pereira Dutra; Martinha Clarete Dutra dos Santos; Martha Tombesi Guedes. Brasília, DF.: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192, acessado em 20/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm, acessado em 08/08/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-nota-tecnica-no-04-de-2014-secadi-orientacao-quanto-a-documentos-comprobatorios-de-alunos-com-deficiencia/>, acessado em 02/08/24.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm, acessado em: 02/08/24.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 13.632, de 6 de março de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13632.htm, acessado em 02/08/2024.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade: uma visão pessoal. 2010, vol.18, n.17, p.42-52. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200004&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1415-6954, acessado em 28/11/2024.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos, 97(247), 534–551. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>, acessado em: 08/01/2025.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes das Ações Inclusivas da Rede Municipal de Educação de Goiânia, 2024. Goiânia: SME; 2024. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/713918499/Diretrizes-acoes-inclusivas-2024-OFICIAL>, acessado em 10/07/2024.

GOIÂNIA. Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania. Goiânia, 2024. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-educacao/secretaria-municipal-de-educacao-e-esporte-2-2-2-2/secretaria-municipal-de-educacao-e-esporte-2-2-2-2-2/gerencia-de-inclusao-diversidade-e-cidadania/>, acessado em: 10/07/2024.

KISHIMOTO, Tizuki Mochida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. Belo Horizonte, 2010. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Disponível em: <https://legado.moodle.ufsc.br/mod/resource/view.php?id=497687&forceview=1>, acessado em 20/01/2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view, acessado em: 10/08/2024.

MADUREIRA, Gilza Helena. Atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. São Paulo, SP: Cengage, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522122653/pageid/30>, acessado em 04/09/2024.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência saúde coletiva [Internet]. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>, acessado em: 10/08/2024.

NEGRINE, Airton. Educação psicomotora: lateralidade e a orientação espacial. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4º edição, São Paulo: Martins Fontes, 1994.